

Exmo. Senhor
Provedor-Adjunto da Provedoria de Justiça
Rua Pau da Bandeira, 7 e 9
1249-088 Lisboa

Sua referência
Proc. P-02/12(AI)

Sua comunicação de
21/05/2013

Nossa referência

DATA
2013-05-29

ASSUNTO: " Parque Natural da Serra de São Mamede - ⁸⁴¹vedações "

Em referência ao assunto em epígrafe, tenho a honra de informar V. Ex^a do seguinte:

- A 27-06-2012 foi elaborado o Auto de Notícia com o N.º7 relativo à execução de movimento de terras para execução de fundações de portão, betonagem com argamassa feita no local, aplicação de postes de portão com altura superior a 1,75m e colocação do portão com a mesma altura no prédio rústico n.º119 da secção F da freguesia de Santo António das Areias.
- O Auto de Notícia com o N.º8 da mesma data referiu-se ao movimento de terras para a execução de fundações de postes de Vedação, Betonagem com argamassa feita no local, Aplicação de postes de vedação com uma altura superior a 1,75 e colocação de rede de vedação com a mesma altura, nos prédios rústicos n.ºs 69 e 70 da Secção H da freguesia de Santo António das Areias.
- Nessa sequência, a Divisão de obras analisou os aludidos autos e suscitou dúvidas quanto às vedações que se encontravam no interior da propriedade para lá dos muros de pedra, uns em melhor estado de conservação e outros em pior estado, confinantes com a via pública.
- Quanto à "movimentação de terras detetada" suscitou-se a dúvida da finalidade da utilização do solo.
- Perante estas questões e mediante o Despacho do Senhor Presidente constante do Ofício 1442 de 10-07-2012 enviado ao gerente da empresa Recprop BK Prop Unipessoal, Lda. a mesma apresentou-nos o Parecer do Gabinete da Ministra da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território, assim como uma exposição onde indicava expressamente que a atividade principal da empresa é a florestal.
- Foi perante estes novos dados que se concluiu que os trabalhos detetados não constituíam uma operação urbanística nos termos em que definida se encontra na alínea j) do art.º2 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação na redação dada pelo DL N.º26/2010 de 20 de Março.

- Parece-nos que, salvo melhor entendimento, os trabalhos efetuados não consubstanciam uma construção que se incorpore no solo com carácter de permanência de acordo com o previsto na alínea a) do N.º2 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, nem se percebe a que título se refere o carácter definitivo dado que os trabalhos em causa, parecem não constituir qualquer construção e muito menos, construção nos termos da definição constante da alínea b) do mesmo artigo. Nem tais trabalhos de vedação parecem ter carácter de permanência.

- Refere o Acórdão do supremo Tribunal Administrativo proferido no âmbito do Processo N.º047854 de 20-02-2002 que *"A construção de uma vedação de um prédio rústico, correspondendo ao exercício de um direito de tapagem imanente ao direito de propriedade, não constitui uma construção urbana, nem é incompatível com a utilização dos solos por ele abrangidos para fins agrícolas."*


- A movimentação de terras ocorreu pontualmente para a execução das fundações poste a poste sem existirem indícios de alteração do relevo natural, das camadas do solo arável ou o derrube de árvores de alto porte.

- O Regime Jurídico da Edificação e Urbanização define no seu artigo 2º, alínea b) que as obras de construção são "as obras de criação de novas edificações" e até à presente data as vedações, desde que executadas nos termos do art.º 59º do RMEU, não consubstanciam qualquer construção.

- A vedação em causa constante do Auto de notícia acima referenciado com altura de 1,75 não se encontra porém abrangida pelo disposto no n.º 3 do art.º 59º do RMEU, em virtude de não confinar com a via pública excluindo-se como operação urbanística sujeita a comunicação prévia, uma vez que de acordo com a comunicação do proprietário se destina a fins exclusivamente florestais.

- Aliás, consta do Parecer do Gabinete da Ministra da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território que *"as informações obtidas junto dos proprietários indicam que estes procuraram sobretudo proteger as propriedades do uso indevido desta uma vez que, como os terrenos se encontravam abandonados eram utilizados por outros para pastoreio"*. O que denota que com a colocação de vedações, pretende a proprietária proteger a propriedade para os fins a que se destina.

- Mais refere a proprietária que *"a instalação de vedações insere-se na implementação do plano de gestão florestal e tem como objetivo a segurança e delimitação das propriedades florestais, que no seu conjunto totalizam uma área de 162,5 ha. Mais esclarecem que "pretendem uma correta gestão do extrato herbáceo e arbustivo juntamente com as medidas a aplicar ao extrato arbóreo, procuram precaver a ocorrência de incêndios florestais e evitar a concorrência direta com o arvoredo em termos de água, nutrientes e luz, devendo também gerar a presença de um maior número de espécies ao nível faunístico,*



em especial aves insetívoras que atuam como controladoras de pragas, sendo fundamental para manter estas áreas sãs e o mais natural possível”.

- A única informação de que dispomos quanto ao fim a que se destina a propriedade em causa, é a apresentada pela empresa proprietária e como tal, não se entende em que se baseou a posição assumida por V.^ª Ex.^ª para não considerar defensável o argumento de se tratarem de trabalhos destinados a fins florestais relevando para a preservação da atividade florestal.

- Há a referir que existem vários portões nas diferentes propriedades e que, no que concerne ao portão que foi alvo de Auto de notícia, desconhece esta Divisão de Obras se existia ou não uma entrada no local, parecendo que sim, dado os vestígios existentes *in loco*, porém, o mesmo foi considerado como sendo um prolongamento ou continuação das vedações em questão, sendo tratado como tal.

- O tipo de vedações em causa tem tanto carácter de permanência como as vedações em postes de madeira tratada, as quais também são cravadas no solo com a execução de fundações em betão em postes intercalados.

- Tem sido procedimento corrente deste Município de Marvão que vedações em arame não estariam enquadradas como muros ou divisórias, nos termos da alínea b) do art.^º 6ºA do RJEU, ou seja, os trabalhos de vedação em causa também não foram consideradas obras de escassa relevância urbanística devendo por conseguinte observar o disposto no RMEU (Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação).

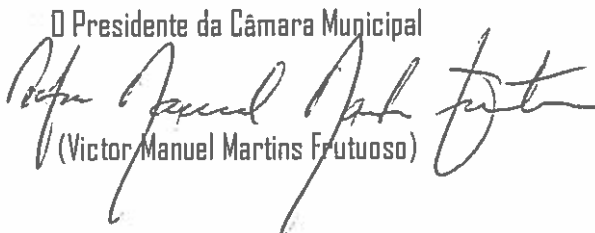
- O referido por V.^ª Ex.^ª no Ponto XIV, salvo o devido respeito, parece não se aplicar às grandes explorações florestais como a que está aqui em questão.

- Nos termos do Parecer do Gabinete da Ministra da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território o Parque Natural da Serra de São Mamede encontra-se a acompanhar esta situação, porém até à presente data, esta entidade não fez qualquer alusão ao aspeto estético da referida vedação. De mencionar que esta questão da estética não se encontra abordada nos objetivos constantes do art.^º 2º do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede, nem nos seus objetivos prioritários definidos no art.^º 6º do sobredito diploma legal.



- No que diz respeito ao portão, cujas fotos são anexas, assim que se conseguir localizar o mesmo por esta Divisão, verificar-se-à se a execução de muros obedeceu ao disposto no art.º59º do RMEU, pois caso assim não seja, agir-se-à em conformidade.
- A reparação dos muros de pedra seca o que é um aspeto positivo, uma vez que é uma construção tradicional e que se tem vindo a perder dado os custos que lhe são inerentes.
- Sem preterir os procedimentos legais indispensáveis, cumpre também informar que a empresa proprietária em causa adquiriu recentemente estes terrenos, investindo no Concelho de Marvão e empregando em regime de permanência cerca de 20 pessoas.
- Em conclusão, e face ao que se expõe, solicitamos a V.ª Ex.ª a melhor atenção sobre o assunto em apreço, estando perante um Concelho onde impera o regime da pequena propriedade onde se incentivam os proprietários ao não abandono da mesma, respeitando-se a delimitação das suas propriedades como proteção das atividades e fins a que se destinam as mesmas.

Com os melhores cumprimentos;

O Presidente da Câmara Municipal

(Victor Manuel Martins Frutuoso)



PROVEDORIA DE JUSTIÇA
O Provedor-Adjunto

Nº 1171
ENTRADA
EM
30/7/2013
Secretaria da Câmara Municipal
MARVÃO

26 JUL 2013 009121

Exmo. Senhor
Senhor Presidente da Câmara
Municipal de Marvão
Largo de Santa Maria
7330-101 Marvão

Vª Ref.
Ofício n.º 844

Vª Comunicação
09.05.2013

Nossa Ref.
Proc. P-02/12 (A1)

Assunto: Parque Natural da Serra de São Mamede – vedações particulares

1. Informo V. Ex.a. ter sido Superiormente determinado o arquivamento do processo acima identificado, nos termos do art. 31.º, alínea c), do Estatuto do Provedor de Justiça, por se considerar ter ocorrido uma evolução positiva.
2. Por um lado, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., comprometeu-se a regulamentar as vedações particulares numa próxima revisão do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede.
3. Com efeito, não parece compatível com a manutenção e valorização das características da paisagem natural do parque a total liberdade de escolha quanto ao tipo de vedações a instalar dentro da área protegida.
4. Por outro lado, releva o compromisso de V. Ex.a de que irá confirmar o cumprimento do disposto no Regulamento Municipal de Edificações Urbanas quanto aos muros executados no local.

Com os melhores cumprimentos,


Jorge Noronha Silveira

*Wito - tu se
fizeres*
